

»Entrevista/continuação | **ANTÔNIO BARRA TORRES** | DIRETOR-PRESIDENTE DA ANVISA

A Anvisa estuda o uso medicinal e terapêutico da cannabis. Há muita demanda por parte do mercado. O senhor chegou a se colocar contra esse uso?

Eu nunca fui contra o uso terapêutico de cannabis. Meu voto, em 2019, autorizou esse uso, para que pudesse ser importado e ofertado ao mercado demandante. Meu voto contrário foi em relação ao plantio em território nacional. Meu voto foi aprovado por maioria de 4 a 1 no sentido de não haver o plantio, mas autorizar o uso. O processo (para liberar o plantio de cannabis), naquela época, estava extremamente frágil. De lá para cá, o tema tem avançado. Acredito que, antes do fim do ano, o macrotecma cannabis ainda voltará à pauta da diretoria colegiada. O Brasil já tem um medicamento à base de cannabis regulado pela Anvisa, o único que cumpriu as etapas de medicamentos, que exigem, entre outras coisas, estudos clínicos. É um rito que, até hoje, no Brasil, apenas um produto cumpriu. E foi autorizado.

E os produtos à base de cannabis que não são classificados como medicamentos vão ser autorizados?

Essa é uma nova categoria, criada em 2019. Para esses produtos, há os estudos observacionais, não são estudos clínicos. Há espaço para esse debate também avançar.

Outro debate que ganha espaço na sociedade diz respeito aos alimentos ultraprocessados, de um setor muito poderoso que é a indústria alimentícia. Como a Anvisa trata essa questão?

Não temos problemas com cobranças de nenhum tema. O tratamento será sempre cerebral, isento de qualquer influência ou pressão que não o estado da arte em conceito científico. Se, amanhã, chegar uma demanda para analisar um produto ultraprocessado, irá para as áreas técnicas. Quando é uma autorização de uso, um registro, uma notificação cujo trâmite se dê em completa normalidade, essa decisão sequer chega à diretoria, é dada pelo gerente-geral da área. Medicamentos e vacinas, idem. Em tese, nós podemos tomar conhecimento de que determinado medicamento foi registrado sem que, necessariamente, tenha que passar pela diretoria colegiada.

O ex-presidente se cercou de militares no governo. Mas foi o primeiro militar que "peitou" Bolsonaro...

Fui o segundo! Teve o general Santos Cruz (ex-ministro da Secretaria de Governo), logo no começo (em 2019). Sou medalha de prata na corrida, Cruz foi ouro. O presidente Bolsonaro questionou o que havia "por trás" dessa nossa decisão. E não tinha nada, eu só respondi. Recentemente, o presidente Lula disse que tinha que morrer gente para a Anvisa acelerar a liberação de medicamentos. E eu também respondi.

Como é a sua relação com o presidente Lula?

Com o presidente Bolsonaro, eu tinha uma relação pessoal. Com o presidente Lula, eu nunca

tive um despacho com ele. Não o conheço pessoalmente, mas já estivemos na mesma sala. Não tenho com ele nenhuma relação que não a funcional, que é hierárquica. Se o presidente precisar falar comigo, ele me chama. Eu tenho uma relação muito boa com a ministra da Saúde, Nísia Trindade. Ela é a principal interlocutora do governo com a Anvisa. Eu já a conhecia, ela era presidente da Fiocruz no governo Bolsonaro.

O governo anterior tinha um Ministério da Saúde claramente negacionista. O atual é pró-ciência, a ministra Nísia Trindade é uma cientista. A relação entre a Anvisa e o Palácio do Planalto melhorou?

O presidente Lula se vacinou (contra covid-19) publicamente, e eu estava com ele no postinho de vacinação, no Guarã. Com os demais ministros, a relação é boa com Esther Dweck (da Gestão), tivemos várias reuniões, com o ministro (das Relações Institucionais), Alexandre Padilha, falei com ele recentemente. O ministro da Defesa, José Múcio, é uma pessoa muito afável. A relação é fluida, mas nem tudo são flores.

Onde estão os problemas?

A Anvisa não tem gente para trabalhar. Nós temos 1.409 servidores, e mais de 450 têm mais de 30 anos de carreira, podem se aposentar hoje. Nós temos uma luta antiga, que vem desde o governo anterior, para ter mais gente para trabalhar. O número ideal seria 2,2 mil, que nós já tivemos no passado. Mas, das 120 vagas previstas em lei para o concurso anual, o governo só autorizou 50 vagas. Esse é um ponto que eu, infelizmente, não consegui resolver. Vai ficar para o próximo diretor. Esse é o ponto nevrálgico de uma agência que lida com aproximadamente 30% do PIB e faz um trabalho que depende de pessoas, e isso não foi resolvido.

A Anvisa tem duas das cinco vagas de diretoria em aberto. Com a sua saída, serão três ausências. Isso impedirá a tomada de decisão na agência?

Há mais de um ano não há indicação de diretor para ser sabatinado. A gente tem que lidar com uma ferramenta prevista em lei, que é a nomeação de um

Fotos: Minervino Júnior/CB/D.A.Press



O número ideal seria 2,2 mil, que nós já tivemos no passado. Mas, das 120 vagas previstas em lei para o concurso anual, o governo só autorizou 50 vagas"

diretor substituto, que é um servidor. A diretora Meiruze Freitas, saiu agora, no dia 2 de dezembro. Eu saio dia 21. O presidente Lula terá a oportunidade de colocar na agência três diretores, portanto, a maioria. Enquanto isso, entendo que será utilizada a lista triplíce para escolha do diretor substituto para ter, pelo menos, o quórum mínimo necessário para continuar votando. Mas é uma solução precária. O bom é diretor com mandato, protegido para exercer a autonomia que tem.

Vamos ter novas vacinas no ano que vem, virão novos remédios? Qual o spoiler para 2024?

No futuro, e vai acontecer aqui e em todo o mundo, vamos ter a entrada da inteligência artificial (IA) de maneira mais intensa no sentido de tornar os processos mais rápidos e mais baratos. Vamos ter um caminho para os dossiês globais, que é o conjunto de informações técnicas únicas para o mundo inteiro. Hoje não é assim. E a cannabis medicinal vai evoluir favoravelmente. Essas serão as oportunidades.

E quais são as ameaças?

Continuará no Brasil, por mais algum tempo, a ameaça dos dispositivos eletrônicos para fumar (os chamados vapes). Há uma pressão econômica muito forte (pela liberação), não há nenhuma pressão científica nesse debate. A ciência toda é unida

A Anvisa não tem gente para trabalhar"

no sentido de que isso não presta para a saúde. E, a curtíssimo prazo, pode esperar, virão mais questionamentos quanto a vacinas e outras medidas até mais antigas, feitos por pessoas que estão assumindo cargos-chave na área de saúde nos Estados Unidos.

A pressão negacionista, anticência, vai voltar com Donald Trump ao poder?

Virá desse enorme megafone que são os Estados Unidos, líder da economia mundial, líder militar mundial que, quando fala, a voz é ouvida no mundo inteiro. Temos a sinalização de que o futuro presidente Trump terá pesosos em cargos chave com posicionamentos complicados.

Há ameaças urgentes decorrentes do aquecimento global?

Numa conversa, em dezembro do ano passado, eu disse que o gestor que não tiver na mente, no ano que vem, o aumento da violência e a questão climática estará fora do mercado. Isso será carro-chefe no mundo inteiro. A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em um evento aqui em Brasília, recentemente, que a OMS está preocupada, justamente, com a violência e a emergência climática.

Por que o senhor incluiu a violência? É uma epidemia global?

Isso é no mundo inteiro. O sujeito encosta no para-lama de outro carro e alguém já puxa uma arma. Isso não acontecia antes? Acontecia, mas está mais intenso. E é uma coisa meio vira-lata, a gente acha que aqui está pior, mas não está. É uma epidemia que veio forte depois da pandemia. Os sociólogos deveriam fazer — se já não fizeram — estudos sobre isso. Eu não sei se tinha que isolar as pessoas na pandemia, se tinha que usar máscara, mas que efeito essas medidas provocaram na população? Se vierem mais 10 pandemias, vamos isolar as pessoas 10 vezes, e usar máscara 10 vezes. Mas eu penso que o mundo pós-pandemia veio com uma carga de violência muito grande. Teve pai que deixou de falar com filha, um estava do lado da vacina, outro não estava; um defendia o uso de máscara, o outro não; um ficava em casa, isolado, enquanto o outro saía.

Isso se observa em escala global?

A violência se tornou ação concreta, no nível pessoal e no nível de país. A gente nem tinha acabado de contar os mortos da covid-19 e já estávamos com uma guerra na Europa (a invasão da Ucrânia pela Rússia) que não tem feito outra coisa que não escalar para o pior. É diferente de guerras de manutenção que duram 20, 30 anos, mas não se vê uma escalada. Vemos, agora, líder de potência nuclear verbalizando o uso de artefatos nucleares. Isso é muito sério. A gente vê que um ataque do terror a Israel teve uma resposta que já levou mais de 40 mil vidas. Onde isso vai parar?

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

**Lula fecha ano com grande vitória diplomática**

O Brasil voltou ao leito natural de sua tradição diplomática e, graças a ela, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fecha o ano com vitórias importantes na política externa, como a aprovação da Aliança Global Contra a Fome, na reunião de cúpula do G20 no Rio de Janeiro, e, principalmente, a assinatura do Acordo Mercosul-União Europeia, que vinha sendo negociado há 25 anos. O anúncio da conclusão das negociações ocorreu durante a 65ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, no Uruguai, na sexta-feira.

A concretização do acordo esteve ameaçada, sejam pelas posições iniciais da Argentina, já superadas; seja pela dura oposição que ainda sofre da França, uma nação com a qual temos grandes parcerias estratégicas, inclusive, no plano militar. O presidente francês Emmanuel Macron, que mantém excelentes relações pessoais com Lula, pressionado pela crise política francesa, ainda vê o acordo como uma ameaça aos seus agricultores e trabalha contra sua ratificação pelo Conselho da União Europeia, o Parlamento europeu.

As eleições de Javier Milei, na Argentina, e de Donald Trump, nos Estados Unidos, fragilizaram ainda mais nossa liderança regional e expuseram contradições entre as alianças políticas históricas de Lula e a nossa tradição diplomática de independência e defesa de nossos próprios interesses, com forte intervenção no Sul Global, porém, sem nos descolarmos do Ocidente. O ponto de ruptura foi a eleição da Venezuela. O acordo entre Mercosul e a União Europeia e a não entrada na Rota da Seda reafirmam a nossa condição existencial de que somos uma nação do Ocidente.

Embora exista certo ceticismo em relação à sua implementação, por causa das contradições europeias, o acordo representa um grande avanço para a nossa política de comércio exterior e uma vitória do multilateralismo, num contexto em que ele nunca esteve tão ameaçado, principalmente devido à eleição de Trump. O governo federal estima que o fluxo de comércio entre o Brasil e o bloco europeu deve aumentar em R\$ 94,2 bilhões, o que representa um impacto de 5,1% no comércio atual, até 2044.

O governo ainda estima um impacto de R\$ 37 bilhões sobre o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país), ou seja, cerca de 0,34% da economia brasileira. Com a redução das tarifas, pode haver um aumento de até R\$ 42,1 bilhões das importações da UE e um crescimento de R\$ 52,1 bilhões das exportações brasileiras para o bloco.

Divergências

A União Europeia é o segundo maior parceiro comercial do Brasil, atrás apenas da China, que tem uma balança comercial com o Brasil que supera os Estados Unidos e os 27 países europeus, juntos. Com o acordo Mercosul-União Europeia, o poder de barganha do Brasil aumenta tanto em relação à China quanto aos Estados Unidos.

A redução das tarifas que o Mercosul cobra da UE pode ser imediata ou ao longo de prazos, que variam entre 4 anos e 15 anos. Para o setor automotivo, os períodos de redução tarifária são mais longos, variando de 18 anos a 30 anos para veículos eletrificados, movidos a hidrogênio e com novas tecnologias. Do lado da UE, a redução tarifária também pode ser imediata ou por períodos que vão de 4 anos a 12 anos, a depender do produto.

O acordo com o Mercosul não é unânime na União Europeia. A Alemanha e a Espanha celebraram o término das negociações. O primeiro-ministro alemão Olaf Scholz exaltou a criação de um livre mercado com mais de 700 milhões de pessoas, proporcionando mais crescimento e competitividade. O presidente espanhol, Pedro Sanchez, comemorou: "A abertura comercial com nossos irmãos latino-americanos nos fará — todos — mais prósperos e fortes".

Na França, a ministra de Comércio Exterior, Sophie Primas, anunciou que "lutará em cada passo do caminho ao lado dos estados-membros que partilham da sua visão", declarou. É o caso da Polônia, cujo primeiro-ministro, Donald Tusk, também manifestou sua contrariedade e tenta obter mais apoio: "Se tivéssemos a Itália do nosso lado, provavelmente teríamos essa maioria". A oposição de quatro dos 27 países membros pode barrar o acordo, desde que eles respondam por 35% ou mais da população do bloco.

Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, entretanto, trabalha firmemente para que isso não aconteça. Segundo ela, pesarão na balança 60 mil empresas europeias que exportam hoje para o Mercosul, metade pequenas e médias empresas. Outro defensor do acordo foi o presidente português, Marcelo Rebelo de Sousa, que disse esperar que o acordo UE-Mercosul seja rapidamente confirmado. O governo da Suécia também celebrou: "Num mundo cada vez mais conflituoso, demonstramos que as democracias podem apoiar-se umas às outras. Esse acordo não é apenas uma oportunidade econômica, é uma necessidade política", disse o ministro do Comércio sueco, Benjamin Dousa.